



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero,
feminismos, raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Feminismos e Serviço Social

FEMINISMO E MARXISMO QUEER E SERVIÇO SOCIAL: ENVIADCENDO O DEBATE

MARCO JOSÉ DE OLIVEIRA DUARTE¹

GUILHERME GOMES FERREIRA²

RESUMO

Analisa-se os antecedentes históricos dos estudos queer e suas principais questões, tomando a origem do debate estadunidense até as elaborações latino-americanas. Este debate sistematizado torna-se pioneiro na produção acadêmica do Serviço Social para os estudos de sexualidade na área ao localizar historicamente e tratar dos rebatimentos, repercussão, influência e relação com o Serviço Social a partir do pensamento social crítico.

Palavras-chave: Feminismo Queer; Marxismo Queer; Serviço Social.

ABSTRACT

The historical antecedents of queer studies and their main issues are analyzed, taking the origins of the American debate to LatinAmerican elaborations. This systematized debate becomes a pioneer in the academic production of Social Work for sexuality studies in the area historically locating and dealing with the consequences, repercussions, influence and relationship with Social Work from critical social thinking.

Keywords: Queer Feminism; Queer Marxism; Social Work.

INTRODUÇÃO

Embora os movimentos e as teorias *queer* tenham surgido no mundo em meados da década de 1980 – tendo sua origem nos Estados Unidos da América – o pensamento em torno dessa *perspectiva* analítica só ganha relevo no Brasil no final dos anos de 1990 e início dos

¹ Universidade Federal de Juiz de Fora

² Universidade Federal do Rio Grande do Sul



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

anos 2000, com a publicação, traduzida para o português, do livro de Judith Butler (2003), *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*³ e das obras da professora Guacira Lopes Louro – entre elas, *O corpo educado*, em 1998 e *Um corpo estranho*, em 2004. Fundadora do Grupo de Estudos de Educação e Relações de Gênero – GEERGE (UFRGS/CNPq) em 1990, Guacira Louro se torna uma das principais interlocutoras e tradutoras do pensamento *queer*⁴ no Brasil, especialmente, para a sua área, a educação.

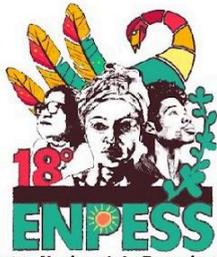
No entanto, outras áreas do conhecimento passam a discutir a partir desta teoria somente alguns anos depois, como é o caso do Serviço Social. Nesta área, que é a nossa, o termo *queer* aparece timidamente nos trabalhos monográficos de Angelica da Silva Duarte sobre intersexualidade (2007) e de Alan de Loiola Alves sobre garotos de programa (2009). Contudo, é nas dissertações de mestrado de Cecília Nunes Froemming (2008) e de Bruna Andrade Irineu (2009) que é apresentado com maior centralidade o conceito de teoria e de movimento político *queer*.

Portanto, pode-se afirmar que a contribuição da teoria *queer* para o Serviço Social não é tão nova assim e não é incipiente, apesar dos questionamentos e compreensões equivocadas da área para este campo de estudos, por vezes tratando a como uma perspectiva improvável para nossa área. Estamos tratando de um acervo e de um debate de, pelo menos, vinte anos, mas o silenciamento e a invisibilidade deste são público e notório, revelando uma certa secundarização, marginalização e descaso para esta agenda e perspectiva.

O objetivo deste capítulo é sistematizar algumas importantes relações entre pensamento, movimento e teoria *queer* e a área do Serviço Social, procurando conectar as

³ Grosso modo, registra-se, para fins de compreensão teórica e política, que existem quatro documentos considerados fundadores da teoria *queer*. Assim, além desta obra de Judith Butler (*Gender trouble: feminism and the subversion of identity*), que é a primeira desta referência traduzida para o português no Brasil, tem-se também a publicação de um número especial do periódico acadêmico feminista *Differences*, em que aparece pela primeira vez o termo “teoria *queer*” em uma publicação e, de fato, uma introdução escrita por Teresa de Lauretis (1991). Contudo, enquanto campo de pesquisa, tem-se ainda como referências mais dois livros, o escrito por Gloria E. Anzaldúa (1987), *Borderlands/La frontera: the new mestiza* (sem tradução para o português) e a de Eve Kosofsky Sedgwick (1990), *Epistemology of the closet* (Epistemologia do armário), que teve tradução para o português de Portugal e publicado pela editora Angelus Novus, em Coimbra, em 2003 e para o Brasil, em 2007, no periódico *Cadernos Pagu*, do Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, da Unicamp. Cabe registrar que existe um outro documento, um panfleto manifesto, denominado, *Manifesto queer nation*, que circulou entre as pessoas que protestavam numa ação da ACT UP (Sigla para *Aids Coalition to Unleash Power* – Coalizão da Aids pelo empoderamento – nome do coletivo internacional de ação direta em defesa das pessoas que vivem com HIV/Aids) durante a Parada do Orgulho Gay, de Nova York, em 1990. Tal manifesto foi traduzido para o português e publicado na Coleção Caderno de Leituras, n. 53 (Belo Horizonte: Chão da Feira, 2016).

⁴ O pioneirismo de Guacira Lopes Louro teve repercussão nacional e não se restringiu a área de Educação. Mas a área de Letras também se observou tal interlocução com a teoria *queer*, particularmente na Literatura Brasileira. Destaque para Mário César Lugarinho, docente à época vinculado a UFF, posterior na USP, com seu artigo de 2001. Ano também em que ele e outros pesquisadores fundam a primeira e única associação científica sobre a diversidade sexual e de gênero, a Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) – atualmente, desde 2021, Associação Brasileira de Estudos da Trans-Homocultura (ABETH). A este respeito, ver Irineu *et al.* (2023).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

principais questões éticas, políticas e teóricas dos estudos *queer* ao projeto ético-político de nossa profissão. Essa aproximação é realizada tendo em consideração, sem dúvida, o pensamento social crítico do marxismo que orienta nossa profissão no Brasil e, também, as perspectivas decoloniais/anticoloniais e interseccionais que vemos como um enlace igualmente necessário ao Serviço Social.

Procuraremos demonstrar os pontos em comum entre essas teorias (pensamento *queer*, decolonialidade, interseccionalidade e marxismo) e entre elas e nossa profissão, no horizonte de um projeto de sociedade que é compartilhado: de defesa de direitos para todas as vidas, de superação do capitalismo e de todas as formas de exploração, dominação e de opressão dos seres humanos, de encontro do ser humano com suas formas ontológicas de realização e de produção da história.

Movimento *queer* como uma política da diferença

Na contemporaneidade, poderíamos separar didaticamente os estudos que tematizam a questão das sexualidades e dos gêneros dissidentes (em que nos interessa particularmente, o caso brasileiro) em duas perspectivas diferentes, a partir da forma como articulam os conceitos de identidade (sexual e de gênero) e as lutas travadas associadas ao reconhecimento dessas identidades como etapa necessária para a afirmação de padrões de cidadania. Essa separação nos interessa ao analisarmos a forma como as identidades dissidentes começam a ganhar alguma visibilidade pública – no Brasil, a partir da década de 1960 – e, por meio desta visibilidade, requerer reconhecimento político.

Desse fato histórico decorre, portanto, ao menos duas interpretações, conforme dissemos antes: uma que pensa a necessidade de integração desta chamada “comunidade” (cujo “comum” é a orientação sexual ou a identidade de gênero) apoiada na noção de uma identidade que deve ser pública, fixa e, em certas condições, uníssona (Louro, 2001); e outra interpretação que procura destacar o caráter subversivo, plural, controverso e marginal dessa dissidência como potência para superação dos regimes de regulação da sexualidade e do gênero.

Podemos sustentar que a primeira interpretação foi aquela mais largamente difundida no país e que esteve conectada mais organicamente ao modo como os chamados “movimentos homossexuais” começaram a se organizar no Brasil, ou seja, aquela que respondeu melhor às necessidades do movimento histórico e político que começa a nascer, de forma a alimentar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

aquilo que podemos nomear como estudos e movimentos gays e lésbicos. Essa interpretação tende a entender as identidades sexuais e de gênero como elementos mais fixos do que processuais, na medida em que tratam a identidade a partir de narrativas universais que, em certas circunstâncias, essencializam (Colling, 2010), unificam (Louro, 2001) e conservam representações sociais vigentes (Miskolci, 2009).

Em contrapartida, outra interpretação, ligada aos movimentos e estudos que surgem como resposta aos padrões de normalização das sexualidades e gêneros dissidentes, propõe que as identidades podem ser fluidas, transitórias e processuais, assumindo o lugar marginal em que foram colocadas como espaço de contestação da norma e procurando desestabilizar padrões compulsórios relacionados à experiência da sexualidade e do gênero. Essa interpretação é atualmente conhecida como teoria ou movimento *queer* (Ferreira; Gershenson, 2013; Ferreira, 2014).

É importante sinalizar nossa demarcação em nomear o resultado dessas interpretações, ao mesmo tempo, como movimento e como teoria. Tanto os estudos gays e lésbicos quanto a teoria *queer* são resultado de movimentos da sociedade e espelham lutas por direitos, não surgindo em primeiro lugar na academia, mas da própria vida material de sujeitos dissidentes em razão das suas orientações sexuais e identidades de gênero. Nesse aspecto, não representam simplesmente um embate entre perspectivas teóricas distintas. São diferenças que se materializam nas bandeiras de luta levantadas pelos movimentos sociais e que fundamentam, inclusive, modos culturais de vida dos sujeitos. Inclusive a linguagem da teoria *queer* tem vínculo orgânico com o que se fala nas ruas, na *batalha da pista* e vem, mais recentemente, tendo seu conceito “traduzido” a partir de estudos brasileiros – como cuir, políticas do cu, transviado etc.

Para ilustrar essa questão, podemos dizer, por exemplo, que há uma tendência entre movimentos que bebem dos estudos gays e lésbicos em trabalhar pela inclusão da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, intersexo e mais (LGBTI+⁵) na dinâmica social de padrão heterossexual e cisgênero, produzindo uma “cidadania de consolação” (Oliveira, 2013), a partir da reprodução desse padrão na sexualidade e no gênero desviante. Lutas sociais pelo casamento civil igualitário, por exemplo, podem estar conectadas a essa

⁵ Na cena pública da militância brasileira é usual a aglutinação das siglas, materializando uma política de coalizão. O uso neste capítulo se restringe as letras LGBTI+, primeiro pelo registro das únicas três Conferências Nacionais de Políticas Públicas de Direitos Humanos LGBT; e segundo, a partir de uma recusa política em incluir a letra “Q”, justamente pela crítica à política identitária que se propõe, mesmo que se veja incluída na esfera pública governamental, tanto na gestão da Secretaria Nacional dos Direitos das Pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queers, Intersexo, Assexuais e Outras (SLGBTQIA+) do Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, como pelo Conselho Nacional de Direitos das Pessoas LGBTQIA+ (CNLGBTQIA+).

perspectiva teórica, cuja noção de igualdade é chave analítica para o que ficou conhecido também como movimento identitário.

Enquanto isso, ativistas da chamada teoria *queer* procuram denunciar as intenções de ascensão ao centro, preferindo permanecer exatamente na margem. A crítica marginal dessa perspectiva sugere que a busca por essa igualdade representada pela noção de cidadania sexual tem fundações homonormativas e neoliberais (Oliveira, 2013), e ao invés disso, propõe maior radicalidade em analisar a sociedade procurando transformá-la. Nesta interpretação, a identidade não é vista como sinônimo de idêntico e a chave analítica não é a igualdade, mas a diferença – ficando, assim, conhecida por uma parcela de intelectuais como um movimento pós identitário.

A celebração da diferença e da condição de subalternidade/marginalidade permite promover maior resistência política aos padrões normativos e assimilacionistas da heterossexualidade e da cisgeneridade, expressando, portanto, bandeiras de luta críticas não apenas às normas de gênero e de sexualidade, como aos outros sistemas e estruturas de dominação e opressão, mas tendo em consideração outros marcadores sociais.

Neste contexto, portanto, leva-se em consideração a noção de que a crítica abolicionista ao complexo industrial prisional deve ser uma crítica *queer* (Davis, 2018; Ferreira; Klein, 2019) já que é um sistema organizado a partir da legitimação da violência e do ódio (Haritaworn, 2014).

Quanto aos movimentos de liberação gays e lésbicos, uma vez que seu objetivo é a obtenção da igualdade de direitos e que se utilizam, para isso, de concepções fixas de identidade sexual, é possível pensar que estes contribuem para a “normalização e a integração dos gays e das lésbicas na cultura heterossexual dominante, favorecendo políticas familiares, tais como a reivindicação do direito ao casamento, à adoção e à transmissão do patrimônio” (Preciado, 2011, p. 17).

É neste sentido que a teoria *queer* vai de encontro tanto ao essencialismo do conceito de “sexo” (órgão biológico), retirando dele seu caráter mitológico, quanto à essa normalização da identidade homossexual, que algumas minorias como gays e lésbicas têm reagido, mas que transexuais, travestis, transgêneros e pessoas não binárias reverberam com a teoria contrassexual (Preciado, 2014). Algumas vozes, grupos e coletivos se levantam para questionar a validade da noção de identidade sexual como único fundamento da ação política, propondo contra ela apontar para outras diferenças, como de raça, de classe, de idade, de práticas sexuais não normativas e de deficientes (Preciado, 2011, p. 18).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Desta forma, a noção medicalizada da homossexualidade, que data do século XIX e define a identidade pelas práticas sexuais, foi abandonada em proveito de uma identificação política e estratégica das identidades *queer*. A homossexualidade bem policiada e produzida pela *scientia sexualis* durante os anos explodiu, como a transexualidade e as performatividades de gênero. É neste bojo que foi transbordada por uma multidão de "maus sujeitos" *queer* (Preciado, 2011, p. 18).

Sem longas detenções sobre o conceito, é possível dizer que o termo *queer* com relação à sexualidade e ao gênero surgiu como um insulto às pessoas LGBTI+ norte-americanas, que passaram a utilizar a palavra como forma de celebração da condição de dissidência, contestando os padrões de normalidade e de estabilidade propostas pela heterossexualidade compulsória (Rich, 2012) e potencializados pelas políticas de identidade do movimento homossexual dominante (Louro, 2001).

Queer é estranho, raro, esquisito. *Queer* é, também, o sujeito da sexualidade desviante – homossexuais, bissexuais, transexuais, travestis, drags. É o excêntrico que não deseja ser “integrado” e muito menos “tolerado”. *Queer* é um jeito de pensar e de ser que não aspira o centro nem o quer como referência; um jeito de pensar e de ser que desafia as normas regulatórias da sociedade, que assume o desconforto da ambigüidade, do “entre lugares”, do indecível. *Queer* é um corpo estranho, que incomoda, perturba, provoca e fascina (Louro, 2004, p. 7-8).

O que se convencionou chamar de teoria *queer*, portanto, surge do concreto pensado, já que, dos insultos às homossexualidades e transgeneridades norte americanas – o termo *queer* é, em tradução direta, o significado de um xingamento, como poderia ser “puto”, “bicha”, “sapatão”, “marica”, “viado” – emerge um método analítico que além de defender a desnaturalização da sexualidade e do gênero como fenômenos não implícitos da natureza, mas de ordem também política, social e cultural, percebe as identidades e a própria sexualidade de forma muito mais processual e relacional, apontando as fraturas e contradições da estrutura social, contestando os “regimes normalizadores que criam tanto as identidades quanto sua posição subordinada no social” (Miskolci, 2009, p. 152).

É nesse sentido que o conceito de identidade para os movimentos *queer* não pode representar algo estanque, tampouco deve ser percebido com o caráter de idêntico em uma sociedade onde a diversidade é tamanha (Fernandes, 2006), pois se o pensamento for este, estaria corroborando com a ideia falsa, por exemplo, de uma identidade sexual necessariamente heterossexualizada, construída em um determinado tempo histórico e estabelecida no campo da cultura.

Portanto, embora a palavra *queer* nasça dessa atitude de contestação de sujeitos que



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

experienciam concretamente a violência (e esses sujeitos também foram perseguidos, no começo da pandemia da Aids, como os responsáveis pela disseminação do chamado “câncer” ou “peste gay”), os movimentos sociais ressignificaram a palavra *queer*, usando-a de forma afirmativa, com orgulho e apropriada como teoria pelos movimentos culturais pós-estruturalistas e analiticamente definida como parte originária desses estudos norte-americanos.

Evidentemente isso não é realizado de modo ingênuo e não poderia ser diferente, já que foi esse campo de pensamento que produziu propriamente a teoria *queer* no interior das Ciências Sociais da maneira como ela é conhecida. O que não significa, entretanto, que essa teoria não possa ser elaborada segundo observações, axiomas e postulados frutos de pesquisas e abstrações materialista-históricas, uma vez que “nem todos os teóricos *queer* partilham das tendências desconstrutivistas” (Garcia, 2012, p. 243), mas todos criticam o forte conteúdo racista, imperialista e conservador do movimento hegemônico dos direitos liberais de LGBTI+, no âmbito do capitalismo, ao que Puar (2010) denomina de homonacionalismo. Para a autora,

É fundamentalmente uma crítica à forma como os discursos dos direitos liberais de lésbicas e gays produzem narrativas de progresso e modernidade que continuam a conceder a algumas populações o acesso a formas culturais e legais de cidadania, em detrimento do abandono parcial e integral dos direitos das restantes populações [...] ascensão em simultâneo do reconhecimento legal, de consumidor e representativo dos sujeitos LGBTQ, e à restrição das prestações sociais, dos direitos dos imigrantes e da expansão do poder do Estado nas tarefas de supervisão, detenção e deportação (Puar, 2010, p. 299).

Afirmar uma agenda antirracista-homonacionalista e anticisheterossexista terrorista, é ser crítico a homofobia familiar, que se funda na origem privada da família, mas ao próprio modelo de família heteronormativa imposto, inclusivamente, a homoafetiva⁶, que na sua lógica de organização e reprodução física, moral e social, se mantém a mesma lógica moral dos afetos, mas pela via homonormativa e pelas agendas da igualdade em direitos de gays e lésbicas.

Antecedentes históricos e as elaborações latino-americanas decoloniais e

⁶ O próprio conceito de homoafetividade deve ser objeto de análise desde uma perspectiva crítica, pois seu nascimento e uso está conectado a uma tentativa de inclusão das dissidências sexuais na norma, isto é, a visão de gays e lésbicas como sujeitos de direitos a partir da noção de afeto e não de sexo. Retirar a dimensão sexual das relações entre homossexuais não é uma atitude ingênuo, especialmente, no âmbito do Direito, onde surge o conceito. Entretanto, é curioso que a noção de heteroafetividade é raramente observada, assim como é curioso que o afeto entre pessoas do mesmo gênero nunca foi o objeto mesmo da violência, mas sim a transa, o sexo.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

interseccionais

É necessário afirmar, contudo, que há muitas e diferentes versões do *queer* e de outras modalidades na sua gênese estadunidense como nos territórios sudaka, a exemplo, como já dissemos, dos estudos cuir-kuir, políticas do cu, pensamento transviado, marica, transgressora, etc. Produções que vão além do norte global americano e se referenciam nas diversas epistemologias do sul. De fato, se coloca em questão a ideia de uma única versão, verdade universal, territorializada, fechada, enquadrada e identitária do *queer*, como dos movimentos e estudos *queer*.

Nesse sentido, toma-se aqui as dissidências em sexualidade e gênero, particularmente, com as elaborações latino-americanas, quando das perspectivas decoloniais e interseccionais frente aos marcadores sociais de desigualdades e diferenças. Mas esta questão não nasce do agora e muito menos significa dizer que dependíamos de alguma importação acrítica dos ditames revolucionários dos corpos, sexualidades, gêneros e desejos dos alegres e irresponsáveis abacaxis americanos (Daniel, 1987).

Seguindo uma ordem cronológica, temos um conjunto de obras, em sua maioria de gays, que começaram a surgir no processo de abertura política no Brasil, sobretudo na década de 1980, como Hiro Okita (1981), Peter Fry (1982), Peter Fry e Edward MacRae (1983), Herbert Daniel⁷, Leila Miccolis e Herbert Daniel (1983), Nestor Perlongher (1987), Edward MacRae (1990; 2018) e Luiz Mott⁸. Além de outros autores que problematizaram a questão da sexualidade com foco nas homossexualidades, como Gilberto Velho, Guido Mantega e Michel Misse. Estes, atualmente, tornaram-se os clássicos para quem toma as produções brasileiras sobre a questão das (homo)sexualidades.

A luta do MH não era (nem é) para só abolir leis repressivas, nem para integrar os “coitados” na sociedade ou criar leis antidiscriminatórias; seu objetivo principal é a transformação da mentalidade da sociedade como um todo, para que haja mais prazer em tudo o que se faz, para que se respeite as diferenças de comportamento, sem que por isso a pessoa seja discriminada como doente, anormal, tarada, pecadora. A luta não é – como erroneamente se supõe – em prol dos “direitos homossexuais” mas da liberdade humana, porque não adianta apenas a mudança de um regime

⁷ Herbert Daniel (1946-1992) após seu retorno do exílio, tem várias obras publicadas, mas frente ao limite das páginas deste capítulo, só demos referência somente a duas, uma só dele e a outra com a Leila Miccolis. Em 1987, após sua candidatura a deputado estadual constituinte no Rio de Janeiro, agencia junto a outros companheiros, como um dos autores deste capítulo, o que foi o primeiro grupo sobre sexualidade masculina e que tinha a participação ativa do primeiro trans-homem do Brasil, João W Nery.

⁸ Outro autor que tem diversas publicações e pelos motivos expostos na nota de rodapé anterior, não referenciamos nenhuma pelo limite do texto.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

político (Daniel, 1983, p. 77).

Dzi Croquettes e *Secos e Molhados* são expressões artísticas em que as performaces desobedeciam os gêneros e comemoravam as dissidências em sexualidade, como muitos shows de travestis e transformistas (atualmente *drag queens* ou *kings*) em meio a um processo de luta de classes e de enfrentamento à ditadura civil-militar. No âmbito da cultura, podemos falar também de Cassandra Rios e Caio Fernando Abreu, para citar alguns dos muitos que se constituem no universo da literatura nacional produzindo personagens homoeróticos e outros questionamentos. Este conjunto de transgressões da ordem heterossexual e não só, era um tanto marginal e um pouco alternativo, inclusive para parte da esquerda da época (e que ainda hoje se mantém), que priorizava as lutas mais gerais e criticava as lutas específicas (atualmente denominadas de identitárias, pós-modernas, conservadoras e de direita, em que se situam a maioria dos estudos de gênero, raça e sexualidade daquela época e no presente) mesmo veiculando suas ideias, como todas as organizações políticas, através de jornais, como no caso, o pioneiro *Lampião da Esquina* e, na sequência histórica, o *Chana com Chana*.

Esta esquerda ortodoxa considerava como prioritária a luta político-social, e as reivindicações específicas como “menores” e até desinobilizantes em relação à luta principal. No Brasil, só no final dos anos 70 é que segmentos significativos da esquerda passaram a compreender que sexo não era apenas algo privado – feito entre duas pessoas e quatro paredes – mas também um instrumento de manipulação do sistema (Daniel, 1983, p. 78).

O que está em questão é justamente colocar em cheque a heterossexualidade, entendendo-a como um sistema político (Wittig, 2022; Gayle Rubin, 2017), assim como o racismo e o colonialismo. Não se trata de uma simples orientação sexual, como gay ou lésbica. Mas de uma posição de afirmar a diferença e a resistência diante da estrutura cisheterossexista racista e colonial do mundo cristão e burguês.

É neste bojo que emerge, segundo Preciado (2007), os estudos *queer*, enquanto movimento de crítica à cultura gay integracionista, ao feminismo liberal branco, aos modelos de identidade heterossexual, à americanização branca, hetero gay e colonial, revelando que a questão da sexualidade é bem mais complexa ao se articular às diversas práticas sociais, incluindo neste amplo espectro outras diferenças étnicas, raciais, de gênero, heterossexistas e de classe, como nos ensinam o feminismo negro da interseccionalidade⁹, a amefricanidade¹⁰ e a

⁹ Arrolam nesta perspectiva, Kimberlé Crenshaw, bell hooks, Angela Davis, Patricia Hill Collins e Audre Lorde.

¹⁰ Termo cunhado por Lélia Gonzalez (1988), mas que é compartilhado nesta mesma perspectiva apontada pela autora, por Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, Nilza Iraci, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Lucia Xavier, Carla Akotirene, Magali Almeida e Matilde Ribeiro.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

crítica decolonial¹¹, no esforço de pensar crítica e articuladamente as diferentes categorias e eixos de opressão, ampliando as fronteiras nas quais os sujeitos se constituem sob o signo da multiplicidade nas diversas fricções, exterioridades e performatividades no tecido social.

Serviço Social, uma profissão que luta pela igualdade e pela transformação social?

A interlocução entre os estudos *queer* e o Serviço Social, como área de conhecimento e profissão, tomando a direção social, política e ética da formação e do trabalho profissional, à primeira vista, pode produzir um certo estranhamento. Contudo, há muito mais afinidades entre estes dois, principalmente quando se toma as relações sociais e a compreensão das sexualidades e dos gêneros como construção social, política e histórica, que se funda e se desenvolve a partir da constituição da formação socio-política e cultural da amefricanidade. Particularmente, quando se toma esta interlocução com o marxismo *queer*, na medida em que a perspectiva emancipadora humana deve atender todos os aspectos da vida social, inclusive, a sexualidade, tendo em vista que “a libertação sexual parece impossível sem a libertação política, econômica e social que reside no cerne do socialismo” (Wolf, 2021, p. 369).

Outra questão, portanto, são os pressupostos heterossexistas e da cisgeneridade na teoria e no pensamento social, mas, particularmente, no campo das ciências sociais e humanas, em que se situa o Serviço Social. Esta marca era, até bem pouco tempo atrás, presente nas investigações e produções sobre gênero e sexualidades hegemônicas, como nos estudos das ditas minorias sexuais e de gênero, naturalizando a norma heterossexual e patologizando os comportamentos de sujeitos dissidentes em sexualidade e gênero nas práticas institucionais, principalmente, nos campos da saúde, da educação e da assistência social.

Contudo, apesar deste avanço crítico e amadurecido no processo de renovação profissional do Serviço Social brasileiro, ainda se observa (em específico, diferente de outras áreas e mesmo no campo da militância política de esquerda) a presença do marxismo de viés economicista e o limite e a dificuldade de incorporar teórica, política e metodologicamente a luta pela diversidade sexual e de gênero. Essa perspectiva economicista no Serviço Social trata a questão da sexualidade (assim como trata a questão étnico-racial, de gênero etc.) como um “tema”, como “culturalismo”, um elemento da desigualdade ou da resistência que não faz parte necessária da questão social, mas somente de sua refração na sociedade.

¹¹ Situam-se nesta linha de pensamento autoras como a pioneira Gloria Anzaldúa, mas também Cherrie Moraga, Maria Lugones, Ochy Curriel, Oyèrónké Oyéwùmí e Gayatri Spivak



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É sabido que boa parte do referencial teórico que contribuiu para os estudos críticos dos estudos sobre sexualidade e gênero, sobretudo a partir dos 1970, teve o marxismo como base clássica. A leitura obrigatória tanto das obras de Wilhelm Reich, como das obras de pensadores da Escola de Frankfurt, e, em ambos os casos, o diálogo com outros referenciais teóricos era oxigenado, mesmo em contexto de ditadura civil-militar até a década de 1980. O autoritarismo impunha censura às diferentes e livres formas de pensamento e expressão, particularmente, para determinados autores e questões de estudo.

Entretanto, é importante lembrar que na seara profissional, no contexto da sociedade brasileira, a partir dos embates políticos com o conservadorismo e a consolidação de democracia, ergueu-se um projeto ético-político da profissão no qual se elegeram princípios e valores que o materializaram, tendo por base a liberdade, a justiça social e a democracia, como a perfeita tradução das marcas históricas das lutas e resistências contra as relações de opressões, dominação e exploração do sistema capitalista.

Mas com o avançar dos tempos, observa-se que o dito projeto de profissão, amadurecido, portanto, desde que o movimento sindical da categoria profissional, deu a sua virada ideopolítica, estando atualmente em disputa, muito mais com o conservadorismo presente no embate político da esfera pública da sociedade brasileira do que internamente. Contudo, determinadas correntes na profissão, ao tentar salvaguardá-lo, sem autocrítica, hierarquizam e banem sujeitos e impõem uma certa desonestidade intelectual quando determinadas referências teóricas emergem mesmo sendo produções críticas aos ditames do conservadorismo, seja no campo dos estudos de sexualidade e gênero, como na crítica a determinados marxistas e seus marxismos marcadamente de inspiração stalinista, mesmo que se fundamentem no materialismo histórico (Toitio, 2017).

Ao nosso ver, é necessário rever posturas sectárias, dogmáticas e ortodoxas (Duarte; Oliveira, 2021), oriundas destas burocracias que estiveram presentes, no passado, nos modelos totalitários do socialismo real. O projeto de renovação da profissão, principalmente, na luta organizativa de enfrentamento da ditadura civil militar e no processo de democratização do país, deve estar presente, agora, na cultura profissional, no debate fraterno e respeitoso entre as diferenças, contra um certo tipo de doutrinação, censura, cerceamento e patrulhamento ao livre exercício do pensamento. Principalmente, porque a perspectiva que nos une é a defesa intransigente dos direitos sociais, humanos e da eliminação de toda forma de exploração, dominação e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

opressão.

Profissionais com suas produções acadêmicas e políticas, em militâncias de esquerda e nos movimentos sociais anticapitalistas, antirracistas, anticisheterossexistas, anti-LGBTIfóbicos são reduzidas e identificadas como reformistas, pós-modernas, irracionalistas, desqualificadas pessoal e profissionalmente, invisibilizando, silenciando ou mesmo simplificando o debate e a disputa à mera reprodução de determinadas verdades que são reproduzidas como dogmas, como se a produção científica aliada ao projeto emancipatório, como tratado por Paulo Freire e Audre Lorde, pudesse se adaptar, nos marcos da micropolítica, a esta lógica e pedagogia da opressão.

É neste sentido que o Serviço Social brasileiro, ao reivindicar um projeto ético político de profissão em uma perspectiva de emancipação humana, deveria, como projeto civilizatório, dialogar e conhecer as produções de autores que não são marxistas, mas que propõe mudanças estruturais em uma sociedade cisheterossexista, patriarcal, racista, colonialista, classista, terrorista e capacitista, como Michel Foucault, Judith Butler, Paul B. Preciado para citar alguns.

Mas também de conhecer outros autores e autoras do marxismo *queer* que tem dialogado com estes autores clássicos da teoria *queer*, como Sherry Wolf, Kevin Floyd, John D’Emilio, Mario Mieli, Peter Drucker, Jin Haritaworn, Holly Lewis, Stephen Shapiro, Gianfranco Rebutini, Maxime Cervulle, Nick Rees-Roberts, Rosemary Hennessy, Alain Sears, dentre outros. Todas essas referências internacionais, em sua maioria, filiadas as agências marxistas, traduzem, nos seus momentos históricos, as interlocuções, temas e críticas ao classicismo, particularmente, entre os que se situam no mesmo campo de esquerda – apesar das divergências, mantendo a unidade e solidariedade de classe – e na militância dos movimentos sociais, principalmente, LGBTI+ não hegemônico e não liberal, mas na defesa de um outro projeto de sociedade sem opressão, exploração e dominação.

Considerações finais

Como nos afirma Guacira Louro (2009, p. 135) “mais do que uma nova posição de sujeito, *queer* sugere um movimento, uma disposição. Supõe a não-acomodação, admite a ambiguidade, o não-lugar, o estar-entre. Sugere fraturas na episteme dominante”. É neste sentido, portanto, a nossa aposta transgressora, na produção de sentidos e de sujeitos coletivos, na diferença do modo de viver burguês, modelado pela ordem do capital e baseado na lógica cisheterossexista-patriarcal-racista e da episteme dominante.

Quebrar, desmontar, destruir e desconstruir todo um sistema de normalização e



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

normatização dos corpos, desejos, afetos, vidas e subjetividades é o *queer*, é como estamos nomeando, em um agenciamento coletivo de enunciação ética-política estética, o feminismo *queer*, o marxismo *queer*. Portanto, foi necessário aqui explicar, mesmo que preliminarmente, a sua genealogia e assim apresentar ao Serviço Social, como profissão e área de conhecimento, uma outra produção ontológica e crítica, no universo das perspectivas teóricas e políticas no campo dos estudos da diversidade sexual e de gênero.

Por fim, *queerizar* o Serviço Social é uma atitude ético-política pela liberdade, pelo exercício de pensar sem dogmas, ortodoxias e monocromatismos. Rompendo com os modelos morais e aprisionados de sexo, gênero, sexualidade e desejo “para não se tornar fascista mesmo quando (sobretudo quando) se acredita ser um militante revolucionário” (Foucault, 1993). Assim, se os nossos discursos, práticas e prazeres não nos emancipam da vida fascista, de que adiantam tomar a palavra em prol da luta de classes.

Referências

ALVES, A. de L. **Garotos sem programa**: estudo sobre exploração sexual comercial de adolescentes do sexo masculino na cidade do Rio de Janeiro. 2009. 194f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ANZALDÚA, G. E. **Borderlands/La Frontera**: the new mestiza. San Francisco: Aunt Lute Books, 1987.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

COLLING, L. **Que os outros sejam o normal**: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer. Salvador: EdUFBA, 2015.

COLLING, L. O que a política trans do Equador tem a nos ensinar? *In*: Seminário Internacional Fazendo Gênero, 10, 2010, Florianópolis. **Anais** [...] Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2010, p. 1-10.

DANIEL, H. **Alegres e irresponsáveis abacaxis americanos**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

DANIEL, H. Eram as lésbicas marcianas? *In*: MICCOLIS, L.; DANIEL, H. **Jacarés e lobisomens**: dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé; Socii, 1983.
DAVIS, A. **Estarão as prisões obsoletas?** Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: Difel, 2018.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

DE LAURETIS, Teresa (Ed.). Queer Theory: lesbian and gay sexualities. **Differences: A Journal of Feminist Cultural Studies**, Providence, RI, v. 3, n. 2, p. 11-17, Summer, 1991.

DUARTE, A. da S. **Intersexualidade e o discurso médico**: problemas de gênero e desafios para o Serviço Social. 2007. 44f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2007.

DUARTE, M. J. O.; OLIVEIRA, D. F. S. LGBTQI+, vidas precárias e necropolítica em tempos da Covid-19: a interseccionalidade e a teoria queer em cena. **Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 48, p. 153 – 168, jul./dez., 2021.

FERNANDES, I. O lugar da identidade e das diferenças nas relações sociais. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 1-12, ago./dez. 2006.

FERREIRA, G. G. **Travestis e prisões**: experiência social e mecanismos particulares de encarceramento. Curitiba: Multideia, 2014.

FERREIRA, G. G. A classe nos une e a sexualidade nos divide? A noção de sujeito no marxismo e nos movimentos queer. **REBEH – Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Cuiabá, v. 3, n. 10, p. 150–169, out./dez., 2020.

FERREIRA, G. G.; KLEIN, C. C. (org.). **Sexualidade e gênero na prisão**: LGBTI+ e suas passagens pela justiça criminal. Salvador: Editora Devires, 2019

FERREIRA, G. G.; GERSHENSON, Movimentos sociais de sexualidade e gênero: análise do acesso às políticas públicas. **Katálisis**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 223- 232, jul./dez. 2013.

FOUCAULT, M. O anti-édipo: uma introdução à vida não fascista. **Cadernos de Subjetividade**, São Paulo, v. 1, n. 1, p. 197-200, 1993.

FROEMMING, C. N. **O sujeito de direitos fora da heterossexualidade**: diversidade sexual e política de assistência social. 2008. 150f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

FRY, P. **Para inglês ver**: identidade e cultura na sociedade brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

FRY, P; MACRAE, E. **O que é homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense; Abril Cultural, 1983. (Coleção Primeiros Passos, 26))

GARCIA, L. A mensuração de sujeitos fluídos e provisórios. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 13, p. 242-246, jan./jul. 2012.

GONZALEZ, L. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun., 1988.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

HARITAWORN, J. Além do ódio: metonímias queer para crime, patologia e antiviolença. **Meritum** – Revista de Direito da Universidade FUMEC, Belo Horizonte, v. 9, n. 2, 2014, p.189-261, jul./dez., 2014.

IRINEU, B. A. **A política de previdência social e os direitos LGBT no Brasil**. 2009. 107f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2009.

IRINEU, B. A. *et al.* (org.). **Políticas da vida**: coproduções de saberes e resistências. Salvador: Devires, 2023.

LEWIS, H. A filosofia e as raízes marxianas do pensamento político queer. **Periódicus**, Salvador, n. 19, v. 2, p. 278-29, jul./dez., 2023.

LOURO, G. L. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, G. L. Teoria queer – uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001.

LOURO, G. L. (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

LUGARINHO, M. C. Como traduzir a teoria queer para a língua portuguesa. **Gênero**, Niterói, v. 2, n. 1, p. 36-46, 2001.

MACRAE, E. J. B. N. **A construção da igualdade**. Campinas: Editora Unicamp, 1990.

MACRAE, E. J. B. N. **A construção da igualdade**: política e identidade homossexual no Brasil da "abertura". Salvador: EDUFBA, 2018.

MANIFESTO QUEER NATION. Tradução de Roberto Romero. **Cadernos de Leitura**, Belo Horizonte, n. 53, novembro, 2016. Disponível em: <<https://chaodafeira.com/catalogo/caderno-n-53-manifesto-queer-nation/>>. Acesso em 14 jul. 2024.

MICCOLIS, L.; DANIEL, H. **Jacarés e lobisomens**: dois ensaios sobre a homossexualidade. Rio de Janeiro: Achiamé; Socii, 1983.

MIELI, M. **Por um comunismo transexual**. Tradução de Rita Coitinho. São Paulo: Editora Boitempo, 2023.

MISKOLCI, R. A Teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, 2009.

OLIVEIRA, J. M. de et al. Feminismos queer: disjunções, articulações e ressignificações. **Ex Aequo**, Lisboa, n. 20, p. 13-27, 2009.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

OLIVEIRA, J. M. Cidadania sexual sob suspeita: uma meditação sobre as fundações homonormativas e neo-liberais de uma cidadania de "consolação". **Psicologia & Sociedade**, Brasília, v. 25, n. 1, p. 68–78, 2013.

PERLONGHER, N. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PRECIADO, B. Multidões queer: notas para uma política dos "anormais". Trad. Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveiras. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 9, n. 1, p. 11-20, jan./abr. 2011.

PRECIADO, B. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Trad. Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2014.

PUAR, J. K. Homonacionalismo como mosaico: viagens virais, sexualidades afetivas. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, vol. 3, n. 1, p. 297-318, 2015.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: QUIJANO, A. (org.). **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

REBUCINI, G. Marxismo queer: abordagens materialistas das identidades sexuais. **Crítica Marxista**, Campinas, v. 26, n. 48, p. 109–125, 2019.

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 28, p. 19-54, 2007.

RICH, A. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas** – Estudos gays: gêneros e sexualidades, Natal, v. 4, n. 05, p. 17-44, jan./jun., 2010.

RUBIN, G. O tráfico de mulheres notas sobre a "economia política" do sexo (1975). In: RUBIN, G. Políticas do sexo: Gayle Rubin. Trad.: Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

TOITIO, R. D. Um marxismo transviado. **Cadernos Cemarx**, Campinas, n. 10, p. 61- 82, 2017.

WITTIG, M. O pensamento hétero e outros ensaios. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

WOLF, S. **Sexualidade e socialismo**: história, política e teoria da libertação LGBT. São Paulo: Autonomia Literária, 2021.